



“Notícias volantes, parciais e suspeitosas”: a Guerra da Cisplatina nas páginas da imprensa fluminense (1825-1826)

“Flying, partial and suspicious news”: the Cisplatine War in the pages of the Fluminense press (1825-1826)”

“Noticias volantes, parciales y sospechosas”: la Guerra de la Cisplatina en las páginas de la prensa fluminense (1825-1826).

Fabiula Manhães

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), é Mestra pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) com Licenciatura na mesma área pela Faculdade Saberes. É Professora efetiva da Secretaria de Educação do Estado do Espírito Santo.

RESUMO

Objetiva-se discutir a mobilização do tema da Guerra da Cisplatina pelos jornais circulantes no Rio de Janeiro entre 1825 e 1826. Tal conflito envolveu o império do Brasil e as Províncias Unidas do Rio da Prata, representando o auge das disputas político-administrativas em torno da região denominada Banda Oriental do Uruguai ou, sob jurisdição luso-brasileira, província Cisplatina. O decurso da beligerância foi acompanhado de perto por redatores de periódicos comprometidos com uma miríade de interesses

políticos. Nesse sentido, intenta-se compreender as agendas e intencionalidades subjacentes aos discursos urdidos pelos escritores públicos investigados, de modo a se evidenciar e se problematizar a alocação da questão cisplatina em tramas linguísticas mais amplas. Com tal escopo em vista, utiliza-se a metodologia analítica do Contextualismo Linguístico para a realização do estudo.

Palavras-chave: Guerra da Cisplatina, Imprensa, Rio de Janeiro, Contextualismo Linguístico.

ABSTRACT

This article aims to discuss how the theme of the Cisplatine War was mobilized by newspapers circulating in Rio de Janeiro between 1825 and 1826. The conflict involved the Brazilian Empire and the United Provinces of Río de la Plata, representing the peak of political and administrative disputes regarding the region known as Banda Oriental of Uruguay or, under Luso-Brazilian jurisdiction, the Cisplatine Province. The course of hostilities was closely followed by newspaper editors engaged with a wide array of political interests. In this sense, the study seeks to understand the agendas and intentions underlying the discourses crafted by the public writers under investigation, in order to highlight and problematize the allocation of the Cisplatine issue within broader linguistic frameworks. To this end, the analytical methodology of Linguistic Contextualism is employed.

Keywords: *Cisplatine War, Press, Rio de Janeiro, Linguistic Contextualism.*

RESUMEN

Se propone discutir la movilización del tema de la Guerra de la Cisplatina (Guerra del Sur) en los periódicos que circularon en Río de Janeiro entre 1825 y 1826. Dicho conflicto involucró al Imperio del Brasil y a las Provincias Unidas del Río de la Plata, representando el punto culminante de las disputas político-administrativas en torno a la región denominada Banda Oriental del Uruguay o, bajo jurisdicción luso-brasileña, provincia Cisplatina. El transcurso de la beligerancia fue seguido de cerca por redactores de periódicos comprometidos con una miríada de intereses políticos. En este sentido, se busca comprender las agendas e intencionalidades subyacentes a los discursos elaborados por los escritores públicos investigados, con el fin de evidenciar y problematizar la inserción de la cuestión cisplatina en tramas lingüísticas más amplias. Con este objetivo, se adopta la metodología analítica del Contextualismo Lingüístico para la realización del estudio.

Palabras clave: *Guerra de la Cisplatina, Prensa, Río de Janeiro, Contextualismo Lingüístico.*

INTRODUÇÃO

O ano de 1825 foi marcado por importantes eventos na vida social e política do Império brasileiro. Pode-se destacar o reconhecimento de sua independência pela antiga metrópole, Portugal, em 29 de agosto, bem como o avanço nas negociações diplomáticas para que outros países, como a França, adotassem a mesma medida. Pouco a pouco, o Brasil descolava-se do passado colonial e avançava rumo à consolidação de sua emancipação. Todavia, quais eram os limites desse processo? Havia, sem dúvida, freios ao estabelecimento pleno e absoluto de um Estado nacional brasileiro. A experiência e o presente demonstravam que a adesão ao projeto independentista ancorado pela

figura de D. Pedro I não era uniforme. No ano anterior, a Confederação do Equador (julho a novembro de 1824) colocara em xeque a legitimidade do governo instalado no Rio de Janeiro, tendo como uma de suas justificativas o rompimento do pacto constitucional pela dissolução da Assembleia Constituinte, em novembro de 1823 (MELLO, 2004). Ademais, regiões como Bahia e Maranhão contavam com grupos resistentes à proposta pedrina. Na primeira, a difícil adesão ao Império deu-se somente em julho de 1823, após anos marcados por guerras civis (TAVARES, 2005). A região maranhense, outrossim, reconheceu o mando imperial no mesmo mês, tendo as forças contestadoras cedido aos

avanços militares liderados pelo almirante Thomas Cochrane (GALVES, 2011).

Essas tensões, certamente, não se apaziguariam facilmente. Reiterando a fragilidade dos laços entre as províncias e representando uma verdadeira espada de Dâmocles para a monarquia constitucional bragantina, o Sul brasileiro tornar-se-ia foco de um conflito de monta, reconhecido como a primeira guerra entre Estados independentes na América do Sul. Referimo-nos à Guerra da Cisplatina. Oficialmente declarada pelo Brasil em 10 de dezembro de 1825, a luta armada pode ser considerada um dos mais graves desfechos da longa trajetória de disputas políticas, administrativas e militares em torno da Banda Oriental do Uruguai. Durante o processo revolucionário no Rio da Prata, a região fora ocupada por forças luso-brasileiras. Com a promessa de amenizar as convulsões provocadas pelos movimentos capitaneados por José Gervásio Artigas, as tropas do general português Carlos Frederico Lecor adentraram a campanha oriental nos últimos dias de 1816. A intervenção seria oficializada pouco depois, em janeiro de 1817, quando Lecor e seus homens se instalaram definitivamente em Montevideú. Desejada e apoiada pelas elites de Buenos Aires e por consideráveis setores da alta sociedade oriental, a presença luso-brasílica mostrar-se-ia muito mais duradoura do que uma simples expedição pacificadora (FREGA, 2016).

Anos mais tarde, antes de retornar a Portugal devido às vicissitudes da Revolução Constitucionalista do Porto e às pressões das Cortes de Lisboa, o rei D. João VI deixara instruções claras ao Ministro de Negócios Estrangeiros, Silvestre Pinheiro Ferreira: a resolução do imbróglio em torno da posse da Banda Oriental era uma urgência. Ferreira, por seu turno, expressava sua insatisfação quanto à ma-

nutenção daquele território sob domínio luso-brasílico. Com a sub-reptícia intenção de se encerrar a situação, o ministro orientou Carlos Lecor quanto à realização de uma assembleia formada por 18 deputados (SOUZA, 2003). Deu-se início, em 15 de julho de 1821, ao Congresso Cisplatino. O andamento e os ultimatos provenientes de tais reuniões foram pautados pelos desígnios de Lecor e de seu “clube” de aliados – apelidado *Club del Barón* por conta do título nobiliárquico de Barão da Laguna, detido pelo general. Diante disso, seus opositores demonstraram descontentamento, apontando práticas corruptas por parte dos representantes. Apesar disso, o Congresso concluir-se-ia em 21 de julho com a decisão unívoca de se incorporar a Banda Oriental ao Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves. Era criada a província Cisplatina (FREGA, 2016; FERREIRA, 2009).

A solução oficial, contudo, não aplacou as turbulências nas terras orientais. Pelo contrário, grupos sociais insatisfeitos com a governança portuguesa fizeram-se ouvir. O cenário crítico provocado pela independência brasileira, a partir de setembro de 1822, foi utilizado como brecha por tais atores, os quais elegeram a imprensa como uma de suas principais armas no combate político que se seguiria. Com a opção do Barão da Laguna por apoiar a causa do imperador D. Pedro I e do novo império brasileiro, a Cisplatina tornar-se-ia palco de embates entre essas forças e os remanescentes apolo-gistas de D. João e das Cortes lisboetas. Os Voluntários Reais do Rei, tropas portuguesas legalistas, permaneceram sob comando do brigadeiro Álvaro da Costa. Somente em novembro de 1823 acordou-se o retorno dos últimos para Portugal, mantendo-se Montevideú sob governo brasileiro. O panorama vivenciado entre

os últimos meses de 1822 e a convenção Da Costa-Lecor, no final de 1823, foi frutífero para o surgimento de impressos como *La Aurora*, *El Aguacero* e *El Pampero*. Tais jornais foram veículos essenciais para a divulgação de ideias e propostas que contestavam a continuidade do domínio luso-brasileiro na Banda Oriental. Pode-se afirmar, portanto, que os conflitos relacionados à Cisplatina ao longo da década de 1820 foram profundamente perpassados pelos desígnios da opinião pública (WINTER, 2019; PIEROTTI, 2013; GONZÁLEZ DEMURO, 2013).

Este artigo intenta repenetrar o universo de ideias, conceitos e narrativas empregados por atores históricos envolvidos com a questão cisplatina. Tem-se, precisamente, os discursos políticos urdidos e divulgados pela imprensa do período como objeto e fonte de estudo. Aqui, concentrar-se-á sobre jornais circulantes na província do Rio de Janeiro – então Corte imperial – entre dezembro de 1825 e março de 1826, isto é, durante os primeiros meses da Guerra da Cisplatina. Busca-se, em última instância, investigar os significados políticos da empreitada armada para os sujeitos da época – neste caso, especificamente para aqueles que utilizaram a imprensa como instrumento de ação pública. Com esse objetivo em tela, serão analisados os periódicos *Triumpho da Legitimidade Contra Facção de Anarquistas*, *O Spectador Brasileiro*, *Atalaia da Liberdade* e *O Verdadeiro Liberal*. Redigidos por escritores imbuídos de distintos feixes de interesses, esses papéis públicos mobilizaram o tema da Cisplatina não somente com o intuito de noticiar o andamento da guerra. Com efeito, defende-se a hipótese de que o tópico em lide serviu como base para a discussão e a urdidura de linhas discursivas referentes a uma demanda mais ampla: a edificação do Estado nacional brasileiro.

A metodologia analítica eleita para a realização desta averiguação é o Contextualismo Linguístico, elaborado pela Escola de Cambridge. Tendo como representantes mais conhecidos Quentin Skinner, John Pocock e Anthony Pagden, tal método preconiza a realização de mediações constantes entre o conteúdo do texto histórico examinado e seu contexto de publicação e circulação. Conforme Skinner (1996, p. 12-13), importa para o historiador delimitar os espaços e as restrições que se faziam presentes enquanto o escrito em apreciação era confeccionado e divulgado. Desse modo, é imperioso compreender quem era seu escritor e em quais atividades – políticas, socioeconômicas e intelectuais – ele se envolvia à época. Os redatores dos jornais pesquisados provinham de distintos planos de fundo, o que, no entendimento aqui alentado, se conecta diretamente ao teor das linguagens políticas por eles forjadas. Logo, é mister descortinar as intenções e motivações subjacentes a esses discursos, bem como as interações entre as variadas linhas argumentativas que conviviam – muitas vezes de maneira desarmoniosa – na cena pública fluminense. Tal operação investigativa permite a emersão não somente dos atos de fala voltados diretamente à questão cisplatina e à guerra, mas também dos silêncios, subterfúgios e omissões perpetrados pelos autores.

AS CONDIÇÕES CONTEXTUAIS: SOBRE OS ESPAÇOS PÚBLICOS FLUMINENSES NOS PROLEGÔMENOS DA GUERRA

Em uma de suas mais importantes obras, *Linguagens do ideário político*, John Pocock (2003, p. 31) traçou um interessante paralelo entre um contexto linguístico

historicamente situado e um jogo. Conforme o raciocínio do autor, as interações e intervenções efetuadas pelos autores/ de textos pretéritos eram condicionadas às “regras” impostas por um determinado “jogo”. Os escritores/“jogadores”, desse modo, viam seus movimentos – nomeados por Pocock como lances – pressionados por exigências e contingências maiores do que eles mesmos. Ao se abordar as configurações dos espaços públicos no Rio de Janeiro da década de 1820, as asserções do historiador neozelandês se mostram frutíferas e altamente instrutivas. A Corte, afinal, foi palco de uma expressiva proliferação de periódicos, panfletos, folhetos e demais impressos de toda ordem no início daquele decênio. Tal panorama se deveu à Revolução Constitucionalista do Porto (agosto de 1820) e às pressões exercidas pelas Cortes de Lisboa sobre o rei D. João VI. Reconhecendo a inexorável dominância do tribunal da opinião pública, o monarca decretou o fim da censura prévia em 2 de março de 1821, ação que abriu espaço para o surgimento de papéis públicos contendo textos de variados teores (MOREL, 2016, p. 238-239).

Desse momento até 1823, a Cidade Imperial se viu repleta de debates no âmbito da imprensa. Essa se tornou, ao fim e ao cabo, veículo não somente de opiniões setoriais, mas de projetos políticos elaborados por sujeitos que analisavam e se imiscuíam constantemente na vida política brasileira. A alta taxa de analfabetismo à época, inclusive, não representou um obstáculo absoluto à apreensão e à expansão da palavra impressa; a oralidade, as leituras em voz alta e a boataria permaneceram como partes substanciais dos fluxos da opinião pública (MOREL, 2010, p. 67-68; FARGE, 2004, p. 91). Todavia, o ano de 1823 marcaria um ponto de inflexão no próspero cenário de debates na Corte,

mormente devido a perseguições políticas encetadas por membros do governo contra grupos opositores. Foi notória a devassa perpetrada por José Bonifácio de Andrada e Silva, cujos resultados levaram ao exílio de importantes figuras ligadas à imprensa, como Joaquim Gonçalves Ledo. Mais tarde, em junho de 1823, viria a público a informação sobre o espancamento de Luís Augusto May, redator do jornal *A Malagueta*. Não há confirmação sobre os mandantes da agressão, porém o recente desentendimento envolvendo May, Bonifácio e D. Pedro é um forte indício da motivação (REIS, 2022, p. 59-61). Nota-se, a partir do exposto, que a queda da censura por força da lei e a aparente abertura dos espaços públicos fluminenses não significaram o estabelecimento de um ambiente intelectual livre de restrições.

A dissolução da Assembleia Constituinte, em novembro de 1823, contribuiria para o agravamento da situação. Nas palavras de Nelson Werneck Sodré (1966, p. 103), “o clima era o do arrasamento da imprensa de oposição”. Fechada pelo próprio imperador, a Constituinte era, naquela ocasião, o mais importante reduto oficial para a argumentação de demandas sociais e políticas. Com seu abrupto encerramento, um sinal de alerta era enviado àqueles sujeitos imbuídos de atitude crítica contra o governo. Desse modo, ao iniciar-se o ano de 1824, o circuito público do Rio de Janeiro encontrava-se “dominado” por jornais cujas linhas editoriais possuíam características nucleares em comum: a ferrenha defesa da monarquia constitucional pedrina e a neutralização de quaisquer tendências divergentes. Era esse o caso dos jornais áulicos *O Spectador Brasileiro* e *Triumpho da Legitimidade Contra Facção de Anarquistas*.

PERSPECTIVAS ÁULICAS: PIERRE PLANCHER, JOSÉ DA SILVA LISBOA E A DEFESA HERMÉTICA

A adjetivação de um sujeito ou de um comportamento político enquanto áulicos é complexa e requer alguns cuidados. O termo é oriundo do século XVII, quando os cortesãos mais próximos ao rei inglês James II foram apelidados de áulicos. No Brasil, a denominação era considerada depreciativa, sendo empregada para classificar indivíduos ou grupos considerados bajuladores e dependentes dos monarcas (BENTIVOGLIO, 2010, p. 188). Especificamente durante o Primeiro Reinado, pode-se atribuir a setores ligados ao aulicismo a sustentação de muitas das decisões tomadas pelo gabinete pedrino, o que inclui a intervenção pública por meio da imprensa. Todavia, a atividade de tais atores históricos deve ser tratada com cautela, de modo que não se desdobre em uma perspectiva estanque e homogeneizadora. Conquanto compartilhassem de interesses e objetivos em comum, as figuras áulicas não formavam um bloco monolítico. Suas linguagens e estilos políticos eram variados e, em alguns casos, conflitantes (MARQUES JÚNIOR, 2018, p. 30).

As trajetórias de Pierre Plancher e José da Silva Lisboa ilustram adequadamente essa compreensão. Esses eram, respectivamente, os redatores dos periódicos *O Spectador Brasileiro* e *Triumpho da Legitimidade Contra Facção de Anarquistas*. Plancher nasceu na França, tendo iniciado sua carreira como editor e vendedor de livros ainda jovem. No conturbado cotidiano da Paris revolucionária, angariou experiência profissional e envolveu-se em diversas disputas comerciais e judiciais no circuito editorial. Aportando no Brasil em 1824, Plancher visualizou no novo país um mar de possibilidades para o

crescimento de seus negócios. Fundou, assim, a Livraria Plancher, localizada na Rua do Ouvidor, na qual ofertava impressos de vários tipos e artigos outros, como peças de vestuário e medicamentos (MOREL, 2016, p. 22-29). Ademais, em junho daquele mesmo ano iniciaria sua carreira como periodista em terras brasileiras, assumindo uma postura pública comprometida com a apologia do governo imperial. Nas páginas de seu *Spectador Brasileiro*, artigos laudatórios dedicados à figura de D. Pedro I eram frequentes. Confirmando sua lealdade, Plancher identificava-se ao final das edições como “Livreiro Impressor de Sua Majestade Imperial”.

Silva Lisboa, por sua vez, percorreu veredas distintas em sua carreira pública. Nascido na Bahia, matriculou-se na Universidade de Coimbra com a intenção de tornar-se um sacerdote católico. Lá, no entanto, encantou-se pelos campos da Filosofia, o que o levou a conquistar um diploma da Faculdade de Cânones. De volta ao Brasil, exerceu uma multiplicidade de ofícios públicos, tais como ouvidor de comarca e docente de línguas e filosofia racional. Sua mais famosa ocupação junto ao Estado foi a de censor régio. Essa foi uma experiência substancial para o estabelecimento do baiano enquanto figura intelectual de proa no limiar do século XIX luso-brasileiro, visto que a partir dela se desenvolveu seu contato e apreço pelas normas régias e morais que guiavam a vivência social e política na monarquia portuguesa. Entremeando-se ao exercício de cargos oficiais, a caminhada de Silva Lisboa enquanto escritor também ganhava fôlego. Seu rol de publicações cobriu desde jornais, como *Conciliador do Reino Unido* (1821), a tratados, como *Princípios de economia política* (1804). Tendo participado de importantes decisões políticas do período, como a abertura dos portos às

nações amigas (1808), Silva Lisboa criou laços de proximidade com a casa imperial. Justifica-se, a partir disso, seu agraçamento como barão e, posteriormente, visconde de Cairu (KIRSCHNER, 2009; FARIA JÚNIOR, 2008).

São notórias as disparidades entre os perfis públicos de Cairu e Plancher. Eram, ao fim e ao cabo, homens prove-nientes de recortes sociais, intelectuais e econômicos muito distintos, o que, sem dúvidas, se refletiria no conteúdo dos impressos que viriam a produzir no contexto aqui investigado. Desse modo, compreende-se que incluir ambos os redatores em um único bloco áulico seria um equívoco metodológico e historio-gráfico, considerando que suas opções pela defesa resoluta da monarquia sob D. Pedro se devem a fatores diferentes. Pro-põe-se, a partir disso, que tanto Plancher quanto Silva Lisboa fizeram uso da retórica áulica para consubstanciarem seus discursos políticos e apoiarem a imagem pública do governo pedrino. Com essa hipótese se pretende evitar categorizações simplistas, as quais reduzam as complexas e dinâmicas trajetórias de sujeitos históricos a posições e agrupamentos homogeneizantes. Nas linguagens políticas por eles forjadas, por outro lado, pode-se identificar o emprego de *topoi* cujas bases provêm de uma perspectiva áulica.

No que concerne ao periódico de José da Silva Lisboa, *Triumpho da Legitimidade*, a própria justificativa para sua confecção coaduna-se a ideais áulicos. O jornal, afinal, veio à lume pela primeira vez em 9 de dezembro de 1825, apenas um dia antes da declaração oficial da guerra entre Brasil e Províncias Unidas do Prata. Para além disso, as escolhas editoriais de Cairu revelam seu compromisso com a causa do império bragantino, pois a totalidade do impresso seria dedicada à discussão e

à defesa da participação brasileira no conflito. Na edição inaugural lia-se uma declaração de lealdade por parte do redator, que atestava, desde já, seu posicionamento diante da questão cisplatina.

Às armas, às armas! Habitantes das dezenove Províncias do Império Antártico: vingança contra os Infratores da Fé Pública. As armas são justas e santas aos que não têm outro recurso senão nas armas. Inimigos aleivosos estão quase à porta, ainda que nas extremas da Terra da Santa Cruz. A Providência confiou da Honra Brasileira as *Duas Chaves* do Amazonas e Prata. Temos conflitos com gente sem caráter. Temos por nós Deus, o Imperador, e a Honra: *quando se perde a Honra, perde-se tudo*. (TRIUMPHO DA LEGITIMIDADE CONTRA FACÇÃO DE ANARQUISTAS, N. 1, 9 DE DEZEMBRO DE 1825. GRIFOS ORIGINAIS.)

O excerto sintetiza o compromisso assumido por Cairu com a publicação de seu jornal, pois apresenta as linhas mestras de sua linguagem política. O argumento central era categórico: o Brasil possuía direito sobre o território cisplatino devido à tese das fronteiras naturais. Segundo essa leitura, as terras brasílicas seriam recortadas pela mão da própria natureza, que, providencialmente, as alocara entre os limites dos rios Amazonas e Prata. Por conta disso, a causa militar brasileira era justa e inquestionável. Estavam em xeque, afinal, não somente a unidade entre as “dezenove Províncias do Império Antártico”, mas também sua honra e sua imagem pública. Nessa trama argumentativa, a efígie de D. Pedro I surgia como núcleo, um elemento aglutinador dos esforços de guerra. A operação discursiva foi similarmente seguida por Plancher ao noticiar e comentar os primeiros dias de beligerância nas páginas de *O Spectador Brasileiro*.

Como na declaração de guerra perfeitamente sabida de todos os Brasileiros, S. M. I. patenteou seus nobres, e generosos sentimentos para com seus súditos, autorizando, e animando ao mesmo tempo todos aqueles que quisessem armar corsários a fim de proteger a Marinha Mercante brasileira, e fazer excursões nos portos de Buenos Aires, e suas Províncias; e visto serem evidentes as grandes vantagens, que devem resultar de uma semelhante empresa, tanto para o comércio, como para as pessoas que quiserem entrar neste gênero d'especulações; nós aconselhamos a todos aqueles, que estão animados de reais sentimentos patrióticos, a apressarem-se à execução da vontade de S. M. o Imperador [...]. (O SPECTADOR BRASILEIRO, N. 216, 23 DE DEZEMBRO DE 1825)

Para além do esteio monárquico, as relações de alteridade mostraram-se recursos primordiais para as construções narrativas veiculadas por *Triumpho* e *O Spectador*. Confrontados com a realidade das Províncias do Prata, os redatores utilizaram-na como elemento cristizador de diferenças marcantes – no caso, era relevante demonstrar por que o Brasil era não somente distinto do país vizinho, como também superior a ele. Os escritores, por vezes, lançaram mão de retórica irônica para detratar os inimigos, como ilustra a alcunha criada por Plancher: “Províncias unidas (momentaneamente) do Rio da Prata” (O SPECTADOR..., N. 218, 30 DE DEZEMBRO DE 1825). Cairu, por seu turno, referia-se ao governo portenho como “Barbarescos Sertanejos” (TRIUMPHO..., N. 1, 9 DE DEZEMBRO DE 1825). É interessante notar a mobilização do turbulento cenário social e político da região do Prata – com ênfase na capital, Buenos Aires – para se delinear a outridade. Esse, com efeito, foi um traço fulcral das linguagens forjadas por Silva Lisboa e Plancher: a

identificação do Brasil com ideais de ordem e estabilidade e, de modo oposto, a definição da elite bonaerense como anárquica, desorganizada e frágil.

O forjamento desses discursos, como mencionado na introdução deste trabalho, atendia a uma demanda maior, qual seja, a solidificação do Estado nacional brasileiro. Ora, a Guerra da Cisplatina representava um grave risco ao estabelecimento da uniformidade desse corpo político, pois encontrava-se em jogo a posse de um importante território. Configurado enquanto império, o Brasil tinha em sua territorialidade um alicerce de sua condição autônoma e soberana. Um império, afinal, não perde suas terras, mas as expande, como atestava *O Spectador* (N. 218, 30 DE DEZEMBRO DE 1825): “No princípio dos Impérios não se fazem cessões de terrenos; fazem-se conquistas”. Simbolicamente, a noção de uniformidade singularizava o país – especialmente quando esse era contrastado com as dispersas repúblicas hispano-americanas que o circundavam. Diante de tal desafio, os redatores de *Triumpho* e *O Spectador* empregaram artimanhas discursivas que referendassem, perante o público, a legitimidade do governo pedrino ao pleitear o domínio sobre a Cisplatina. Especificamente no jornal de Cairu, a Banda Oriental era retratada como uma herança legada pela metrópole, Portugal, a seu “filho”, o Brasil. Evocando a anexação da região ao antigo Reino Unido lusitano, o escritor asseverava:

É notório, que o Governo do Brasil, depois da dita Ocupação Militar, sempre se manteve, pura e simplesmente, em *estado defensivo* na Banda Oriental do Rio da Prata, sustentando a legítima posse contra as claras incursões do Régulo Artigas, e contra as clandestinas

manobras do Governo de Buenos-ayres, que por tantos, bem sabidos, expedientes fez insanas tentativas de seduzir os Montevideanos para sustentarem a Facção dos Anarquistas, quando aliás todos os proprietários e sensatos do país experimentavam e reconheciam os preciosos e incalculáveis benefícios de se libertarem das garras da Hydra Jacobinica, e das misérias da guerra civil; obtendo além disto, pelo *liberal Sistema de Sua Majestade Fidelíssima, continuado por Sua Majestade Imperial*, as incomensuráveis vantagens da franqueza do comércio, e a imunidade dos furores excitados por motivos de naturalidades, que tanto têm manchado o caráter civil dos povos de um e outro Hemisfério nas cruas hostilidades recíprocas entre Europeus e Americanos, de que a natureza estremece. (TRIUMPHO..., N. 5, 21 DE DEZEMBRO DE 1825, GRIFOS ORIGINAIS E NOSSOS.)

O trecho, para além de ofertar um vestígio da compreensão de Cairu sobre os significados políticos da questão cisplatina, descortina sua percepção – ainda que momentânea – sobre a própria natureza do Estado nacional brasileiro. Na perspectiva delineada ao longo das páginas de seu *Triumpho*, o redator tece uma linha de continuidade entre as trajetórias históricas de Brasil e Portugal. Tal ponto de vista se coaduna aos passos seguidos por Silva Lisboa durante sua carreira enquanto homem público. Ele foi, como visto anteriormente, um clássico representante da postura conservadora e cortesã, ostentando lealdade à monarquia lusitana tanto por meio dos cargos oficiais ocupados quanto por sua atuação intelectual e cultural. Ao resgatar os elos entre as antigas metrópole e colônia, Cairu reforçava a narrativa sobre o pertencimento da província Cisplatina ao conjunto brasileiro, lançando mão de argumentos históricos,

atávicos e, em sua leitura, genuínos. Factualmente, pode-se enquadrar a retórica da herança como um traço distintivo da linguagem política contida nesse periódico, visto que nas folhas de seu par na luta áulica, *O Spectador Brasileiro*, pouco ou nada se falava sobre Portugal quando a guerra era noticiada e comentada.

As táticas narrativas criadas por Plancher e Cairu com o intuito de apoiar a empreitada bélica de D. Pedro I não se resumiram ao traçado de seus próprios atos de fala. Importava, da mesma forma, movimentar os discursos de outros periódicos com a intenção de beneficiar a causa brasílica. Em outras palavras, tais redatores buscaram avançar no “jogo” da opinião pública por meio da manipulação das “peças” dos adversários. Nesse intento, tanto a negação de notícias desfavoráveis ao Brasil quanto o silenciamento foram lances executados pelos escritores. É chamativo o comportamento dos jornais de perfil áulico quando defrontados com a perspectiva da desordem e da tão temida anarquia. Apenas três dias antes da declaração oficial de guerra, *O Spectador Brasileiro* (N. 209, 7 DE DEZEMBRO DE 1825) orgulhosamente anunciava: “Entrou ontem o *Paquete de Buenos Aires*, pelo que ficam destruídos os boatos, que corriam de desinteligência entre o nosso Governo e o daquela República, continuando pelo contrário na mesma harmonia”. *Triumpho*, por sua vez, desprezava a vitória das tropas opositoras na batalha de Sarandi (batalha de Sarandi), uma das principais derrotas sofridas pelo Brasil no decurso das disputas pela Cisplatina.

É preciso ser noviço na carreira militar para não conhecer, que a inculcada vitória de Lavalleja foi exageração fementida da surpresa que fez de uma partida da nossa Tropa, mais valente que prudente.

Em *guerra de postos*, são triviais e revezados tais acontecimentos. [...] A retirada da nossa força principal, pela confissão do inimigo, fez-se em boa ordem, e foi de feliz efeito. A história das campanhas mostra, que às vezes uma retirada a tempo é de tão efetivos resultados que as mais esplêndidas vitórias, para se obter o fim da Campanha. (TRIUMPHO..., N. 2, 15 DE DEZEMBRO DE 1825, GRIFOS ORIGINAIS)

A divulgação de informações possivelmente danosas à imagem das tropas brasileiras era sempre acompanhada de ressalvas. Cairu, por exemplo, acusava “Os Gazeteiros de Buenos Aires” de tentarem “desanimar o Espírito Público dos Brasileiros” (TRIUMPHO..., N. 2, 15 DE DEZEMBRO DE 1825). A reiteração de elementos discursivos que destacassem a capacidade do governo imperial e garantissem a crença pública na vitória foi substrato das retóricas tramadas por Silva Lisboa e Plancher. Nas linhas argumentativas de tais autores, desse modo, não havia espaço para críticas ou sequer ponderações sobre a condução do conflito. Até mesmo a infame batalha de Sarandi, cujo sangrento desfecho provocou graves baixas para o exército nacional e escancarou sua desorganização interna (CARNEIRO, 1946, p. 60; LUFT, 2013, p. 40), surgia nas páginas de *Triumpho* como um revés menor. Esse conjunto de características referenda a constatação de que as intervenções públicas operadas pelos escritores de *O Spectador Brasileiro* e *Triumpho da Legitimidade* foram baseadas em defesas herméticas (MANHÃES, 2023, p. 82).

A partir do exposto, nota-se que as primeiras impressões sobre a Guerra da Cisplatina a alcançarem os circuitos impressos da Corte foram atravessadas por estratégias de silenciamento e negação de quaisquer manifestações que

viesses a insuflar oposições ao governo pedrino. Principalmente ao se considerar os recentes abalos sobre a imagem pública do imperador e de sua governança – pelo fechamento da Constituinte e pela repressão à Confederação do Equador –, entende-se a urgência em se operar um “asseamento” de sua reputação. Para o enfrentamento desse desafio, os jornais de tendência áulica elaboraram recursos retóricos que, *pari passu*, reforçassem a estabilidade e a força da monarquia constitucional e dissolvessem discursos que colocassem esses mesmos ideais em dúvida. A linha discursiva tramada por Plancher e Cairu, todavia, não permaneceria incólume por muito tempo.

ATALAIA DA LIBERDADE E O VERDADEIRO LIBERAL: A OUTRA GUERRA

Triumpho da Legitimidade Contra Facção de Anarquistas teria sua 14ª e última edição publicada no dia 28 de janeiro de 1826. *O Spectador Brasileiro*, por sua vez, levaria sua cruzada áulica até abril daquele ano. A cena pública fluminense, entretanto, passaria por uma abrupta e importante alteração nesse íterim. Dois jornais curtos e inflamados, redigidos por estrangeiros, seriam responsáveis por abalar a vertente discursiva predominante até então. Eram esses *Atalaia da Liberdade* e *O Verdadeiro Liberal*. *Atalaia* foi redigido pelo negociante João Maria da Costa, proveniente da Ilha da Madeira. Costa atuava profissionalmente em Montevideu quando as hostilidades entre Brasil e Províncias Unidas dificultaram seus negócios, o que o motivou a transferir-se para o Rio de Janeiro (REIS, 2022, p. 37). O número inaugural de *Atalaia* veio a público em 4 de fevereiro de 1826, sendo, em um primeiro momento, produzido nos prelos da

Tipografia de Plancher. De verve liberal, o redator assentava bases discursivas de seu periódico sobre o que considerava uma falta e uma necessidade: uma escrita pública desprovida de censuras, um Legislativo forte e a primazia da liberdade individual. Tendo em vista o contexto linguístico delineado pelos áulicos nos espaços públicos do Rio, pode-se considerar as intervenções de João Maria da Costa como radicais e desafiadoras, como ilustra o excerto seguinte.

A Atalaia da Liberdade, há de sempre defender e propugnar pelo estabelecimento, e perpetuidade dos seguintes princípios – assembleias legislativas periódicas – liberdade de escrever e de pensar – liberdade individual e de indústria – ministros responsáveis – juízes de facto para averiguar os crimes – direito de petição – e tolerância de todos os cultos. – Estes dogmas políticos há de *a Atalaia da Liberdade* sustentar sempre... sempre... Também hão de chegar o dia, ou os dias, em que figurem neste periódico os abusos, os latrocínios, as maquinações, as traições e tudo quanto de ilegal se tem praticado na Província Cisplatina desde o ano de 1817 – e há de aparecer também em público, tudo quanto se opuser à marcha de um governo, cuja primeira base é a justiça; nunca porém hão de aparecer nem injúrias nem calúnias. [...] (ATALAIA DA LIBERDADE, N. 1, 4 DE FEVEREIRO DE 1826, GRIFOS ORIGINAIS)

As escolhas editoriais de Costa ao reger *Atalaia* refletem o cenário político por ele encontrado ao chegar à Cidade Imperial. Naquele momento, afinal, o Brasil adentrava seu terceiro ano sem uma Assembleia de deputados em funcionamento. Tal situação impedia que os fluxos da imprensa, principalmente no que concerne à sua regulamentação administrativa e jurídica, seguissem de modo livre e está-

vel. Tendo em vista a ausência de leis sobre liberdade de publicação e a inoperância do Legislativo no período, os crimes e demais alterações envolvendo a opinião pública eram resolvidos por medidas de exceção, mormente decretos. Diante disso, era comum que instrumentos jurídicos e policiais, tais quais as devassas, fossem aplicados contra sujeitos ou grupos tidos como inimigos do governo vigente, porém sob o véu do controle aos “excessos” da livre expressão. São exemplares as investigações e prisões de figuras como Joaquim Gonçalves Ledo, exilado em 1822, e João Soares Lisboa, processado por chamar D. Pedro I de “puro democrata” em seu jornal *Correio do Rio de Janeiro*. A devassa entrou para os anais da história sob a alcunha de Bonifácia, pois ocorreu sob as diligências de José Bonifácio de Andrada e Silva (LUSTOSA, 2003, p. 27-29; NUNES, 2010, p. 107-108).

Ciente das pressões e restrições impostas pelo contexto, João Maria da Costa tecia suas críticas com o uso de subterfúgios. Desse modo, no lugar de alvejar diretamente a figura do imperador, voltava sua pena aos ministros; de outra maneira, lançava mão de exemplos estrangeiros para referendar suas ácidas reflexões (ATALAIA..., N. 1, 4 DE FEVEREIRO DE 1826). As queixas veladas, contudo, não reduziam o alto grau de exaltação do periódico. Eram explícitas suas simpatias pelos governos revolucionários da América espanhola – considerava modelar o plano do Congresso Geral Argentino para punir ministros irresponsáveis (ATALAIA..., N. 1, 4 DE FEVEREIRO DE 1826). Além disso, defendia o fim da escravidão fundamentando-se em razões humanísticas. Diferentemente de intelectuais como José Bonifácio, cujos argumentos voltavam-se a uma abolição gradual que favorecesse a economia, João Maria da Costa con-

siderava a manutenção da escravatura como ato de degradação da humanidade (ATALAIA..., N. 2, 15 DE FEVEREIRO DE 1826). No que toca à Guerra da Cisplatina, as ideias divulgadas por *Atalaia* também apresentariam caráter de denúncia.

Chama atenção, primeiramente, a desconfiança do redator quanto à natureza das notícias vindas do Sul. Diferindo da postura adotada por Cairu e por Plancher, que tranquilizavam seus leitores e garantiam que o andamento do conflito era favorável ao exército nacional, Costa fazia um alerta. Em uma seção denominada “Juízo Crítico Político”, lia-se o seguinte:

Relativamente aos negócios do Sul, só temos algumas notícias volantes, parciais, e suspeitosas, dadas por aqueles, que de vez em quando aqui nos aparecem a dizer, que em Montevideu tudo vai otimamente, mas é porque tudo vai otimamente bem *para eles*, por isso, é que faltos de notícias fidedignas, não temos agora coisa certa, sobre que possamos estribar nossos juízos, nem emitir de improviso uma opinião segura; ousamos contudo afirmar que as coisas em geral marcham ali mui lentamente, e posto que de nossa parte ignoramos a causa; todavia desconfiamos, que ela nasce da falta de um General hábil, e de reconhecida capacidade, que saiba dar uma direção segura às nossas Tropas na campanha Cisplatina; e que saiba operar com elas, fazendo-as reunir em massa para cair com toda a força sobre os inimigos, porque do contrário pequenas partidas, e algumas guerrilhas soltas, duvido que possam conter as forças dos Patriotas, e rechaça-las. (ATALAIA..., N. 2, 15 DE FEVEREIRO DE 1826, GRIFOS ORIGINAIS)

Tanto o teor quanto as fontes das notícias, na perspectiva de *Atalaia*, eram questionáveis. Ademais, a condução das tropas brasileiras pelas mãos do almiran-

te Rodrigo Lobo não convencia João Maria da Costa. Factualmente, o desempenho de Lobo tornou-se matéria de críticas até mesmo para historiadores militares que analisariam a campanha no Prata mais de um século depois. David Carneiro foi uma dessas vozes. O autor referia-se ao almirante como “inerte” e assim resumizava a atuação bélica do Brasil e o progresso da beligerância: “Meio hostil, naturalmente desfavorável, esquadra em más condições para as águas em que se devia mover, péssimo comando” (CARNEIRO, 1946, p. 180). Nesse sentido, a primeira investida do redator de *Atalaia da Liberdade* contra a linha discursiva áulica voltou-se ao aspecto comunicacional da guerra: a opinião pública deveria suspeitar de notícias tão alvissareiras.

As dúvidas endossadas por João Maria eram atreladas à reflexão sobre a composição da arena de discussão pública no Rio de Janeiro. O autor interpretava a situação como “bem miserável”: havia poucos periódicos em circulação e, esses poucos, não atenderiam às demandas por “utilidade” e “instrução dos seus concidadãos” (ATALAIA..., N. 1, 4 DE FEVEREIRO DE 1826). Mencionando especificamente *O Spectador Brasileiro*, *Atalaia* o classificava como “instrumento regular do *servilismo civil e religioso*” (ATALAIA..., N. 4, 24 DE FEVEREIRO DE 1826, GRIFOS ORIGINAIS). José da Silva Lisboa, por sua vez, não era diretamente citado, mas pode-se inferir que João Maria a ele se referia quando criticava um determinado gazeiteiro que recorria à “autoridade de mil autores, *para impor de literato*” (ATALAIA..., N. 3, 22 DE FEVEREIRO DE 1826, GRIFOS ORIGINAIS). Logo, observa-se que, conquanto nos meses anteriores a cena pública fluminense aparentasse estar relegada ao aulicismo, tal preponderância foi questionada. A falta dos trabalhos legisla-

tivos e de um maior acabamento das leis quanto à liberdade de imprensa, de fato, impulsionavam o “domínio” governista. Todavia, e embora esse não seja um esforço analítico típico do historiador, pode-se ponderar sobre intervenções de opositores cujos registros não são conhecidos até o momento. Tal perspectiva ilustra a dinamicidade a complexidade daquele contexto linguístico.

A riqueza dos jogos discursivos em lide é reforçada quando se tem em conta que João Maria da Costa também era um defensor da participação brasileira na luta armada pela Cisplatina – e utilizava-se, para isso, de argumento similar ao de Silva Lisboa. O argumento, no entanto, era instrumentalizado de modo distinto. Se na linguagem de *Triumpho da Legitimidade* as fronteiras naturais entre os rios Amazonas e Prata eram concebidas como uma herança legada por Portugal ao Brasil, *Atalaia* as compreendia como uma conquista. Dessa forma, a legitimidade da empreitada bélica de D. Pedro I não residia nas ligações históricas entre as antigas metrópole e colônia, mas sim no direito de posse angariado pelo império brasileiro enquanto Estado nacional independente. Para referendar sua argumentação, João Maria da Costa recorria aos recentes enfrentamentos armados na região oriental, isto é, os conflitos entre as tropas de Carlos Lecor – leais a D. Pedro I e a seu gabinete no Rio de Janeiro – e os Voluntários Reais do Rei, comandados por Álvaro da Costa. A partir disso, o redator, paralelamente, negava qualquer legado lusitano e empregava as próprias animosidades entre “portugueses” e “brasileiros” como substância para uma retórica alicerçada sobre ideias de conquista, direito e soberania. O trecho seguinte sintetiza os lances de *Atalaia* contra a linha discursiva de *Triumpho*.

[...] em 1823 nós fizemos guerra aos *Cis-platinos* e *Portugueses*, e em 1824, entramos de posse na Praça de Montevideú, por uma *capitulação* feita com o Comandante das Forças Portuguesas. Por consequência nós os Brasileiros, havemos *conquistado* aquele Território, porque constituídos uma Nação estrangeira e independente da Nação Portuguesa, para nós outros, não podem ter valor, senão os atos praticados desde o dia, em que o nosso Exército arvorou sobe os campos Cisplatinos o Pavilhão Brasileiro. (ATA-LAIA..., N. 3, 22 DE FEVEREIRO DE 1826, GRIFOS ORIGINAIS)

As discussões públicas sobre o conflito no Sul ganharam um novo componente quando o francês Pierre Chapuis iniciou a publicação de seu jornal, *O Verdadeiro Liberal*. Nascido em 1795, Chapuis possuía larga carreira militar e serviu durante as guerras napoleônicas. Ao longo de sua trajetória pública, viajou por diversos países, integrou a maçonaria e dedicou-se à redação de vários impressos. Na Espanha, por exemplo, escreveu para o jornal *Regulador*. Suas itinerâncias foram marcadas pela dissidência e por uma postura política exaltada, como exemplifica sua prisão durante as guerras civis espanholas, que se seguiu de uma deportação para Portugal. Impedido de retornar a seu país natal, transfere-se para o Brasil em 1825 e logo em seguida inaugura seu periódico. *O Verdadeiro Liberal*, no entanto, não foi sua única iniciativa impressa no Brasil. Também redigiu o panfleto *Réflexions sur le traité d'indépendance et le décret promulgué par sa majesté fidélistime* (1826), no qual teceu críticas ao Tratado de Amizade entre Brasil e Portugal (1825). A polêmica foi tamanha que rendeu até mesmo uma resposta de Cairu, que escreveu o panfleto-resposta *Reflexões sobre as reflexões de Mr. Chapuis* (PUIGMAL, 2019, p. 111-112).

A afinidade entre as linguagens políticas de *Atalaia* e *O Verdadeiro Liberal* eram confirmadas pelo próprio João Maria da Costa, que elogiava o “honrado Camarada, *O Verdadeiro Liberal*” (ATALAIA..., N. 11, 13 DE MARÇO DE 1826). Os jornais, efetivamente, compartilhavam o estilo crítico e dedicaram significativas partes de suas parcas edições à discussão da questão cisplatina. Chapuis faria coro aos questionamentos de Costa sobre a veracidade das notícias excessivamente positivas acerca do andamento da guerra. Seu tom, no entanto, era envernizado com um pouco mais de otimismo se comparado ao de *Atalaia*. Buscando elevar os ânimos do público quanto à perspectiva da vitória, o francês se apoiava em linguagem patriótica para denunciar o suposto desleixo das autoridades brasileiras no gerenciamento da guerra.

As bravatas dos Argentinos, e a gratuita acusação de covardia que fazem aos Brasileiros só merecem desprezo, e riso: desde a Bahia até o Pará, os Brasileiros mostraram na guerra da Independência, uma coragem, e intrepidez superior à esperança, por isso mesmo que o Brasil, há muitos tempos, não se tinha exercitado nas armas. Será por ventura a guerra de Buenos-Ayres menos nacional que a da Independência? Estará nela menos comprometido o brio Brasileiro? Não por certo. Persuado-me pois que há descuido e falta nos chefes e comandantes que temos no Sul; e examinando este ponto com toda a vigilância, era bem que se dessem as providências que requer um negócio de tanta transcendência, do qual hoje pende toda a glória nacional e a segurança do Império. (O VERDADEIRO LIBERAL, SUPLEMENTO AO N. 2, 4 DE MARÇO DE 1826)

Importantes dimensões do conflito pela Cisplatina podem ser avaliadas a

partir do artigo de Chapuis. Primeiramente, a guerra descortinou o despreparo das fileiras militares brasileiras para serviços de grande porte. Recentemente emancipado e tateando no escuro rumo à consolidação de sua autonomia, o Estado nacional brasílico ainda contava com aparato de segurança moldado pela experiência colonial. O território era mormente guarnecido por milícias e ordenanças formadas por cidadãos armados, muitos desprovidos de treinamento e experiências militares sistemáticas que os imbuísse do tirocínio necessário para ir ao campo de batalha (SOUZA, 2022). Reflexo dessa precariedade foi a contratação de mercenários – soldados estrangeiros profissionais e assalariados – irlandeses e alemães com o objetivo de preencher as lacunas do contingente militar enviado ao Sul. Encontrando no Brasil uma realidade muito distinta das condições de trabalho e pagamento oferecidas pelo governo imperial, os forasteiros recorreram à mendicância como meio de sobrevivência. O que prometia ser o auxílio necessário para a rápida finalização do conflito converteu-se em problema social: os mercenários eram constantemente envolvidos em brigas e desordens pelas ruas da Corte. Evidencia-se, a partir disso, que a Guerra da Cisplatina desnudou e, ademais, aprofundou debilidades sociopolíticas na capital do império (SOUZA, 1999, p. 330).

Chapuis, possuindo experiência castrense, voltou suas falas para a gestão militar brasileira, porém não as resumiu a esse item. Tanto para *Atalaia* quanto para *O Verdadeiro Liberal*, uma das maiores urgências no cotidiano político do Rio de Janeiro era a liberdade de imprensa. De forma mais específica, ambos os redatores alegavam práticas de censura contra eles perpetradas. Embora, até o momento, esta investigação não conte com do-

cumentação que ateste as ditas perseguições, é interessante notar como os freios à livre expressão tornavam-se, eles próprios, pedras de toque dos discursos de Chapuis e João Maria da Costa acerca da questão cisplatina. Desestabilizando a linha discursiva de defesa hermética engendrada por Cairu e Plancher, os redatores lançavam luz sobre os significados políticos do conflito no Sul. Em outras palavras, tratava-se não somente de uma guerra armada – havia em curso uma batalha entre linguagens. Tais discursos, por sua vez, diziam respeito a uma demanda cara à cultura política da época, isto é, a construção do Estado nacional brasileiro. Se em *Triumpho* e *O Spectador Brasileiro* os alicerces dessa edificação encontravam-se exclusivamente na monarquia constitucional sob D. Pedro I, *Atalaia* e *O Verdadeiro Liberal* apostavam em preceitos liberais e em um dos traços distintivos da Modernidade política: a publicização dos atos governamentais. As linhas a seguir expressam as consternações de Chapuis e ilustram a incontornável relevância do foro da opinião pública para os sujeitos históricos aqui estudados.

Já é costumeira antiga em Montevideo, procurar que no Rio de Janeiro se ignore o que ali se passa; por isso de vez em quando lá vem um, lá vem outro... chegam aqui: – Que há de novo por Montevideo? ‘Tudo vai otimamente ‘tudo vai excelente – porém Fulano disse isto – Siclano disse aquilo – ‘mentiroso, caluniador, republicano, inimigo do General Lecor... e atrás destas um cento de palavrinhas de encomenda, que já de lá vem arrançadas por ordem alfabética. (ATALAIA..., N. 9, 8 DE MARÇO DE 1826)

Os discursos tramados por Chapuis e Costa, de fato, foram mal recebidos pelos circuitos de discussão fluminenses. Tal

recepção se manifestou na ordem de prisão e expulsão de Chapuis, que deixou o Brasil e exilou-se no Chile. Por lá, publicou nova versão de *O Verdadeiro Liberal* e se envolveu em outros conflitos com autoridades (PUIGMAL, 2019, p. 112-113). A trajetória de João Maria da Costa, por sua vez, sofreu uma curiosa inflexão. De escritor público mordaz e defensor de ideias radicais, passou a áulico empedernido, assumindo, em 1827, a redação de *Gazeta do Brasil*, folha financiada por membros do gabinete imperial – há, inclusive, indícios de que o próprio imperador publicou textos nesse jornal sob pseudônimos (SODRÉ, 1966, p. 114-115). O periódico se ocuparia com a apologia do governo pedrino em um contexto distinto, no qual a Assembleia Geral já funcionava e uma oposição cada vez mais sólida se configurava nos espaços públicos da Corte. Em suma, tem-se aqui uma importante amostra da fluidez das posições políticas assumidas em cenários de crise, como foi o Primeiro Reinado brasileiro. Interesses eram frequentemente redimensionados e, conforme o ditado das circunstâncias, as mais megalomaníacas “trocas de lado” poderiam ocorrer. Cabe ao historiador identificá-las sem que as reduza a setorizações e a suas próprias demandas por coerência, tal como instruiu Skinner (FERES JÚNIOR; JASMIN, 2006, p. 15).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O exame dos debates impressos apresentado neste artigo oferece indícios e interpretações sobre o funcionamento da opinião pública fluminense em um contexto de transição. As comunicações, afinal, eram mediadas tanto por elementos modernos, como a própria imprensa diária e as demandas por publicização, quanto por reminiscências do Antigo Regime, como a

primazia da oralidade, o segredo de Estado e as práticas de censura. Poderíamos, hodiernamente, afirmar que o processo de superação dos traços pretéritos foi concluído? É sabido que a História não funciona em progressão linear, mas sim em descon continuidades, avanços, desacelerações e, por vezes, atropelos. O panorama de produção dos periódicos aqui analisados era especialmente delicado: um Estado nacional em busca de sua solidificação envolvia-se em uma guerra mormente desvantajosa. Um exército despreparado e a atividade de escritores públicos governistas eram os sustentáculos de tal empreitada. A legitimação do conflito perante a sociedade, todavia, seria colocada em xeque por redatores críticos. Nota-se, destarte, que os espaços públicos do Rio de Janeiro converteram-se em *locus* simbólico do conflito pela Cisplatina.

É importante notar que os debates sobre a pugna não se encerrariam com o desaparecimento de *Triumpho da Legitimidade*, *O Spectador Brasileiro*, *Atalaia da Liberdade* e *O Verdadeiro Liberal*. Pelo contrário, o reavivamento da opinião pública na Corte, permitido pela retomada dos trabalhos legislativos, insuflaria os exames críticos sobre o conflito. A partir de então, a tarefa ficaria a cargo de *Astréa* (MANHÃES, 2024) e *A Aurora Fluminense*, jornais que continuaram e aprofundaram a linha crítica aberta por Chapuis e João Maria da Costa. Em suma, a abordagem da questão cisplatina pela imprensa fluminense foi marcada por silenciamentos, esquivas, discordâncias e pelo convívio entre diferentes tendências políticas. Dos soldados aos redatores e das penas às baionetas, a guerra fez-se tanto concreta quanto simbólica.

REFERÊNCIAS

Fontes (Periódicos disponíveis para consulta na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional)

Atalaia da Liberdade – Tipografia de Plancher e Imprensa Imperial e Nacional, Rio de Janeiro, 04/02/1826 – 17/03/1826 (13 números)

O Spectador Brasileiro – Tipografia de Plancher, Rio de Janeiro, 28/06/1824 – 28/04/1826 (266 números)

O Verdadeiro Liberal – Tipografia Imperial e Nacional, Rio de Janeiro, 02/03/1826 – 06/04/1826 (16 números)

Triumpho da Legitimidade Contra Facção de Anarquistas – Tipografia Nacional, Rio de Janeiro, 09/12/1825 – 28/01/1826 (14 números)

Bibliografia

BENTIVOGLIO, Júlio. Palacianos e aulicismo no Segundo Reinado – a facção áulica de Aureliano Coutinho e os bastidores da corte de D. Pedro II. *Revista Esboços*, Florianópolis, v. 17, n. 23, pp. 187-221, 2010.

CARNEIRO, David. *História da Guerra Cisplatina*. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1946.

FARGE, Arlette. *Palavras sem História; História sem palavras*. Maracanan, Rio de Janeiro,

n. 2, pp. 88-100, 2004.

FARIA JÚNIOR, Carlos de. *O Pensamento Econômico de José da Silva Lisboa, Visconde de Cairu*. 2008. Tese (Doutorado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

FERREIRA, Fábio. O Congresso Cisplatino e seus desdobramentos políticos no Brasil e na região do Prata. *Estudios Historicos*, Rivera, n. 2, p. 1-16, 2009.

FREGA, Ana. La vida política. In: CAETANO, Gerardo; FREGA, Ana (org.). *Uruguay: Revolución, Independencia y construcción del Estado*. Tomo I – 1808-1880. Montevideo: Editorial Planeta S.A., 2016, pp. 31-83.

GALVES, Marcelo Cheche. *“Ao público sincero e imparcial”*: imprensa e independência do Maranhão (1821-1826). Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói/RJ, 2010.

GONZÁLEZ DEMURO, Wilson. *Prensa periódica y circulación de ideas en la Provincia Oriental, entre el final de la dominación española y la independencia (1814-1825)*. 2013. Tesis (Maestría en Historia Rioplatense) – Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación, Universidad de la República Uruguay, Montevideo, 2013.

JASMIN, Marcelo Gantus; FERES JÚNIOR, João. História dos conceitos: dois momentos de um encontro intelectual. In: JASMIN, Marcelo Gantus; FERES JÚNIOR, João (orgs.). *História dos conceitos: debates e perspectivas*. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio: Edições Loyolaa: IUPERJ, 2006, pp. 9-38.

KIRSCHNER, Tereza Cristina. *José da Silva Lisboa, Visconde de Cairu*: itinerários de um ilustrado luso-brasileiro. São Paulo: Alameda; Belo Horizonte: PUC-Minas, 2009.

LUFT, Marcos Vinícios. *“Essa guerra desgraçada”*: recrutamento militar para a Guerra da Cisplatina (1825-1828). 2013. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

LUSTOSA, Isabel. *O nascimento da imprensa brasileira*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

MANHÃES, Fabíula Paulo de Freitas. Em nome do interesse público: o periódico “Astréa” lê a Guerra da Cisplatina (1826-1828). *Ágora*, Vitória, v. 35, pp. 1-22, 2024.

MANHÃES, Fabíula Paulo de Freitas. *O soldado e a pena*: um estudo sobre as repercussões da Guerra da Cisplatina na imprensa fluminense (1825-1828). Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2023.

MARQUES JÚNIOR, Nelson. *O despertar do Império independente*: áulicos e a formação de um projeto de Brasil na Corte fluminense (1822-1831). Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2018.

MELLO, Evaldo Cabral de. *A outra Independência*: o federalismo pernambucano de 1817 a 1824. São Paulo: Ed. 34, 2004.

MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos*. Imprensa, atores políticos e sociabilidades na Cidade Imperial (1820-1840). 2. ed. Jundiaí/SP: Paco Editorial, 2016.

MOREL, Marco. Palavras além das letras. Apontamentos sobre imprensa e oralidade na primeira metade do século XIX. Acervo, Rio de Janeiro, v. 23, n. 1, pp. 63-80, 2010.

NUNES, Tássia Toffoli. Liberdade de imprensa no Império brasileiro: os debates parlamentares (1820-1840). 2010. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

PIERROTTI, Nelson. Volver a la Cisplatina (1817-1828). Una aproximación a los “estados de opinión” de los orientales sobre la independencia del Uruguay. Humanidades: revista de la Universidad de Montevideo, Montevideo, v. 13, pp. 17-69, 2013.

POCOCK, John Greville Agard. Linguagens do ideário político. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

PUIGMAL, Patrick. Diccionario de los militares y agentes napoleónicos durante la independencia. México, El Caribe, Centroamérica y Brasil (1791-1840). Santiago: Biblioteca Nacional de Chile, 2019.

REIS, Arthur Ferreira. Anarquistas e servís: uma análise dos projetos políticos do Rio de Janeiro de 1824 a 1826. São Paulo: Publicações BBM, 2022.

SKINNER, Quentin. As fundações do pensamento político moderno. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SODRÉ, Nelson Werneck. História da imprensa no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

SOUZA, Adriana Barreto de. Honrosos cidadãos ou vadios? Guerra, conflitos sociais e lutas por direitos nas fileiras militares – Rio de Janeiro, 1820-1831. Almanack, Guarulhos/SP, n. 31, pp. 1-36, 2022.

SOUZA, Iara Lis Franco Schiavinatto Carvalho. Pátria coroadas: o Brasil como corpo político autônomo – 1780-1831. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

SOUZA, José Antônio Soares de. O Brasil e o Prata até 1828. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (Org.). História geral da civilização brasileira: o Brasil monárquico, tomo II, volume 3. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003, pp. 341-376.

TAVARES, Luís Henrique Dias. Independência do Brasil na Bahia. Salvador: EDUFBA, 2005.

WINTER, Murillo Dias. Uma tempestade de papéis impressos e infames: imprensa e linguagem política na independência do Brasil (Província Cisplatina, 1821-1824). Tese (Doutorado em História) – Instituto de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.